

ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO (BRASIL): OS ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

JOSÉ FERRARI LEITE^(*)

Após a II Guerra Mundial, milhares de pequenos estabelecimentos rurais distribuíam-se pelo território paulista. Porém, no Oeste do Estado, o solo arenoso dava francos indícios de esgotamento. Além disso, o algodão perdera seu bom preço no mercado internacional, deixando de ser interessante plantá-lo para exportação.

Em contraposição, valoriza-se no mercado interno e externo a carne bovina e os grandes fazendeiros comam a criar ou engordar gado de corte. Voltam a crescer os médios e grandes estabelecimentos rurais engolindo, primeiramente as áreas arrendadas, e depois os pequenos sitiantes. Na década de 50, acentua-se o êxodo rural, ampliando-se os conflitos de terra.

Este trabalho procura mostrar as formas de intervenção do Estado, procurando minimizar tais conflitos rurais. Conquanto se tenha estudado seis assentamentos rurais da área, os dados aqui colocados são da “Gleba XV de Novembro”, por estarem mais completos. Há igualmente algumas informações sobre a colônia italiana de Pedrinhas, um assentamento localizado a cerca de 150 km da área do Pontal e constituído igualmente com a ajuda do Estado.

O Pontal do Paranapanema

O extremo Sudoeste do Estado de São Paulo pode ser facilmente reconhecido no mapa, já que é caracterizado pela forma triangular, cercado por dois rios, a Oeste (Rio Paraná) e ao Sul (Rio Paranapanema). Daí se origina o nome pelo qual é conhecido: Pontal do Paranapanema. As rochas que predominam são os arenitos (Bauru e Caiuá) que se constituem na base física dos solos da área, com restos de matéria orgânica fornecidos pela mata tropical que cobria toda a extensão. As chuvas na área (1.100 mm a 1.300 mm), as temperaturas (médias anuais acima de 18°) e a topografia suave favoreceram a ocupação do território, o estabelecimento de unidades agro-pecuárias e de pequenos núcleos urbanos.

A grande confusão jurídica surgida em decorrência do aparecimento de inúmeros títulos de posse, com limites claramente conflitantes, ora dolosamente, ora por desconhecimento do território, retardou por muitos anos o povoamento do Pontal. Até hoje, inúmeros processos de terra rodam pelas mesas das comarcas da região e no tribunal de justiça do Estado, não se tendo esperança de uma solução próxima.

^(*) Professor Adjunto do Departamento de Geografia Humana e Regional da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Tal situação, iniciada sobretudo a partir de 1940/50, tem feito do Pontal do Paranapanema um verdadeiro faroeste paulista. É o território onde ocorrem frequentes invasões de latifúndios pecuários e de acampamentos dos “sem-terra”, nome que se dá aos antigos sitiantes arrendatários ou pequenos proprietários rurais que perderam suas terras.

O Estado de São Paulo possui atualmente cerca de 33 milhões de habitantes, aproximando-se pois da população da Argentina. Conquanto a área do Estado represente apenas 2,9 % do território brasileiro (o Estado do Amazonas é seis vezes maior), sua população corresponde a 23,7% do total do país. Cerca de 50% da população paulista reside na região metropolitana de São Paulo. Aí se gera cerca de 40% do PIB nacional e, enquanto a renda média per capita do brasileiro mal ultrapassa os 2.000 dólares, a do paulista alcança os 4.463 dólares (1989). São Paulo é pois, a Califórnia brasileira. Recebe investimentos internos e externos. Recebe igualmente o excesso de mão-de-obra dos demais Estados do País, originários principalmente daqueles situados nas regiões mais pobres. Em busca de empregos, essa população fixa-se na capital, nas principais cidades do interior e na área rural, onde acaba por engrossar o caldo de tensões fermentado pelos “sem-terra”.

Dada a situação jurídica indefinida sobre a propriedade das terras apossadas do Pontal do Paranapanema, essa é uma área de permanentes atritos entre posseiros, os “sem-terra” e o Estado. Tais conflitos acentuaram-se com o processo de abertura política no início da década de 80, quando o tema reforma agrária volta a evidência.

A Construção das Usinas Hidrelétricas no Pontal e a Gleba XV de Novembro.

Em meados da década de 70, a CESP (Companhia energética de São Paulo) conclui os projetos de construção de três usinas hidrelétricas nos dois maiores rios do Pontal; a Usina de Porto Primavera, no Rio Paraná, que deverá produzir 4 milhões de KW; e as Usinas de Rosana e Taquarussu, ambas no Rio Paranapanema, programadas para produzirem ambas cerca de 800 mil KW.

Durante os anos seguintes iniciaram-se as atividades de infra-estrutura das usinas, tais como a construção de três usinas hidrelétricas nos dois maiores rios do Pontal; a Usina de Porto Primavera, no Rio Paraná, que deverá produzir 4 milhões de KM; e as Usinas de Rosana e Taquarussu, ambas no Rio Paranapanema, programadas para produzirem ambas cerca de 800 mil KW.

Durante os anos seguintes iniciaram-se as atividades de infraestrutura das usinas, tais como a construção e pavimentação de estradas, o início da construção de vilas operárias, a desapropriação das terras situadas às margens dos rios acima citados, que seriam atingidas pelas águas quando do fechamento das comportas, para a formação das barragens.

Esta última providência colocou em polvorosa a população ribeirinha. Os que eram proprietários foram devidamente indenizados. Aqueles que arrendavam a terra tiveram um prazo de dois anos para desocuparem o sítio em que trabalhavam. Eram mais de 600 famílias que juntaram-se a outras dos “sem-terra”. Reiniciaram-se as invasões de fazendas. Com autorização do governo estadual, estabeleceram-se em acampamentos ao longo das rodovias da região.

Em 1983, assumira o governo do Estado de São Paulo, o primeiro governador eleito pelo povo, após 20 anos de abstinência de eleições. Visando resolver o aquecido ambiente social reinante no Pontal, decidiu-se desapropriar áreas próximas às usinas para assentar as famílias dos acampados.

A simples notícia pela imprensa sobre a “reforma agrária paulista”, fez engordar os acampamentos às margens das estradas, com famílias desejosas de “ganhar” um lote de terra num dos assentamentos.

Neste mesmo ano foi criada, a nível estadual, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, SEAF, como órgão que deveria planejar e coordenar os assentamentos rurais.

Enquanto cresciam os acampamentos dos “sem-terra”, organizava-se a SEAF e a mídia explorava o tema reforma agrária até a exaustão. Neste clima, o governo desapropriou cerca de 15.000 ha de terra, com porções de várias fazendas, para efeito de instalação do primeiro assentamento de trabalhadores rurais no Pontal. Atualmente são seis os projetos de assentamentos em execução no extremo Sudoeste Paulista, três dos quais instalados pela CESP, em convênio com a Secretaria da Agricultura de São Paulo.

O primeiro projeto de assentamento, denominado Gleba XV de Novembro, começara a ser organizado logo após a desapropriação das terras, em março de 1984. em fins deste ano, as primeiras famílias começam a ocupar seus lotes na gleba. Se não se pode dizer que não houve planejamento, pode-se afirmar agora, que as decisões tomadas às pressas, bem como os estudos sobre a qualidade das solos, sua erodibilidade, o clima, a topografia, etc., foram extremamente superficiais. Iguamente predominou a improvisação quando da seleção das famílias, cujos critérios foram bastante discutíveis, bem como na gestão e coordenação do projeto e na assistência aos assentados.

Da área desapropriada, foram destinados 13.310 ha ao Projeto de Exploração Agrícola Gleba XV de Novembro. A área foi dividida em 458 módulos para agricultura, com a média de 16,3 ha cada, além de 52 lotes maiores, com cerca de 40 ha cada, destinados à pecuária leiteira, totalizando pois, 510 lotes.

As terras da Gleba estão atualmente assim distribuídas:

Cultura agrícolas: 7.539 ha

Matas residuais: 2.848 ha

Pastagens: 2.084 ha

Áreas reservadas: 505 ha
Reflorestamento: 314 ha.

A família ao chegar ao seu sonhado lote, não encontrava nenhum benefício, além da terra coberta com capim colômbio. Não havia casa para morar, nem água para beber. Luz elétrica nem pensar. Um ou outro esqueleto de árvore ainda persistia em pé, trazendo as cicatrizes das antigas queimadas.

Os serviços topográficos, contudo, estavam feitos. As estradas carroçáveis, que davam acesso aos lotes, estavam abertas. As motoniveladoras preparavam os terrenos onde se localizariam as cinco agrovilas do projeto Gleba XV. Em cada agrovila seriam instalados: poço semi-artesiano, prédio para escola de 1º Grau, que corresponde a oito séries iniciais de escolaridade. Além disso, foram programadas para as agrovilas, a construção de um armazém, posto de saúde, lotes destinados à instalação de campo de futebol e templos religiosos. Há também pequenas datas destinadas ao assentado que pretenda residir na agrovila. No projeto inicial previu-se a extensão de eletricidade para todas as agrovilas.

A Gleba XV de Novembro, por ser muito extensa, acha-se dividida em cinco setores, cada um com sua grovila, denominada de CES (Centro de Equipamentos e Serviços). Cada setor possui, em média, 114 módulos agrícolas, salvo o 5º setor, da pecuária, com 52 lotes.

As agrovilas manteriam, pois, o caráter de centro comunitário, onde os assentados poderiam reunir-se, para debater os problemas comuns, para acontecimentos religiosos e festas. Em 1989, quatro associações já estavam constituídas na gleba. Apenas o setor de pecuária não a estruturara formalmente.

O quadro abaixo mostra o estado atual das agrovilas.

Situação das Agrovilas – Gleba XV de Novembro

Setores	Energia Eléctrica	Poço semi-artesiano	Escola com cozinha	Armazém	Posto de Saúde	Residência de Professores	Salão de reuniões	Campo de Futebol
1º	X	X	X	X				
2º	X	X	X	X	X	X	X	X
3º	X	X	X	X			Em construção	
4º	X	X	X	X			X	
5º	Não construída							

Fonte: Pesquisa direta de campo, novembro de 1990.

Se partirmos do princípio de que as agrovilas seriam a base de sustentação do desenvolvimento dos beneficiários de cada setor da Gleba XV de Novembro, então o assentamento teria fracassado, pois, seria aí onde as crianças estudariam

e merendariam; que pais e filhos cuidariam de suas doenças; onde depositariam a produção de sua lavoura, discutiriam suas questões comunitárias e de interesse econômico, como financiamento e comercialização. Seria aí onde passariam algumas horas de lazer aos domingos, iriam à missa, onde, enfim, se conheceriam melhor, conversariam, se ambientariam, contariam casos e, quem sabe até ririam...

Em pior situação, neste caso, estão as 52 famílias do setor da pecuária, cuja agrovila até hoje não foi construída. Há apenas o terreno reservado, totalmente coberto com matas residuais e secundárias.

Análise da Situação Atual da Gleba

A Gleba XV de Novembro está totalmente situada dentro do município de Teodoro Sampaio. A Topografia é suavemente ondulada sendo fácil a prática agrícola. O solo, contudo, é extremamente arenoso, de cor arroxeadada, originário do arenito Caiuá, constituído no mesozóico. Segundo os técnicos agrícolas, são latossóis, em cuja parte Oeste da gleba encontram-se menos usados e mais férteis, porém, em cerca de 60% da área, sua condição química. A situação do vizinho Projeto de Reassentamento Rosana, é pior, pois, em cerca de um quarto (25%) da área, o horizonte A do solo praticamente não mais existe.

O problema mais grave deste tipo de solo é a erosão. Contudo, visando atenuar especialmente a erosão laminar, foram construídos “murunduns”, acompanhando as curvas de nível. Outra dificuldade das famílias assentadas di respeito a obtenção da água para uso pessoal e higiene da casa, já que o lençol freático encontra-se, em média, a cerca de 40 m de profundidade e, em alguns casos, ultrapassa os 60 m.^(*) Assim sendo, a abertura de um poço simples no lote custa caro ao assentado. Mesmo assim, cerca de 50% deles já o possuem. Os demais vão a agrovila buscar água com carroça puxada a cavalo, ou deixam em frente da casa, permanentemente, um barril de 200 litros, onde um caminhão da água se constitui no grande drama da gleba. Perguntados sobre “o que piorou em sua vida, depois que vieram para o assentamento”, a maioria elegeu a obtenção de água. Em seguida vieram a falta de luz elétrica e as dificuldades de relacionamento com as demais famílias.

Além da questão ligada ao solo e à água, não há dúvida de que a execução das benfeitorias do projeto, por parte da CESPe das Secretarias de Estado foi deficiente e lenta, como se pode observar no caso das agrovilas. Igualmente deficiente foi o número de técnicos agrícolas colocados à disposição das 448 famílias de agricultores: cinco, comandados por um engenheiro agrônomo, que também coordena o projeto. Mesmo assim, 64% dos assentados consideram satisfatória a assistência técnica.

^(*) O señor Miguel Constantino, cearense, do lote da pecuaria nº 04, abriu seu poço somente em 1988. alcançou água aos 32 m de profundidade e lhe custou quatro garrotes (becerros).

Por outro lado, o projeto não previu a construção de creches, nem de escola profissionalizante. Provavelmente, os cursos de alfabetização de adultos sejam prioritários, já que 56% das famílias possuem um ou dois adultos analfabetos em casa.

Além do baixo nível cultural, um outro problema merece ser lembrado: a total descapitalização em que se encontra a família, ao assumir seu lote no assentamento. Este é o motivo pelo qual, cerca de 70% dos homens aceitem trabalhar como diaristas (bóias-frias) fora da gleba, durante a entressafra, que coincide com a época de colheita de cana para usinas alcooleiras regionais. Mesmo assim, o rendimento médio mensal de 60% dos assentados não ultrapassa um salário mínimo (69 dólares). apenas 4% deles declararam ganhar mais de três salários mínimos por mês. Como diaristas na entressafra, podem ganhar até três salários mínimos cortando cana, lembrando que os filhos maiores e, muitas vezes a esposa, costumam também ser contratados. Este período pode durar de quatro a seis meses. Como ocorre em todo o interior brasileiro, em que, o jovem desde cedo, é chamado a ajudar os pais na faina da roça, aqui também ele trabalha a partir dos 10 ou 12 anos de idade. Isto talvez explique o fato de que 10% dos jovens de sete a quatorze anos não estejam matriculados na escola. Explica igualmente a declaração de 41% dos pais em favor da mudança do período escolar para o intervalo abril/outubro, coincidindo com a entressafra e de poucas chuvas. Até hoje a Secretaria de Educação não teve habilidade para efetivar a alteração.

Apesar de tudo, a remuneração recebida, deve ser considerada deficiente, considerando-se que 47% dos casais possuem de quatro a dez filhos.

Verificou-se igualmente, que 57% dos chefes de família pesquisados nasceram em algum Estado do Nordeste do Brasil, a região considerada mais pobre do País. Isto pode explicar, por um lado, o baixo nível cultural e financeiro do lavrador e, por outro, paradoxalmente, sua grande disposição para o trabalho.

Na Gleba XV o assentado não é proprietário da terra e não pode comprá-la. Tem apenas o direito de usufruto do terreno que ocupa, por tempo indeterminado e não pode passá-lo a outra família, embora possa abandoná-lo quando quiser. Neste caso cabe à coordenação da gleba a escolha de outro usuário. Se o chefe da casa vier a falecer, a viúva, ou o filho mais velho (se tiver condições) poderão continuar na direção da gleba.

Esta posição quanto à propriedade do lote foi defendida pelos planejadores da gleba, a fim de se evitar sua comercialização entre os próprios usuários, ou com outros interessados. Isso poderia reduzir a gleba, a médio prazo, a cinco ou seis fazendas, ou simplesmente facilitar a anexação das suas terras aos grandes estabelecimentos pecuários vizinhos.

Tal situação, no entanto, provoca alguns problemas ao assentado, sobretudo quanto ao financiamento agrícola bancário. Esta é a queixa principal de 32% dos usuários.

O estabelecimentos bancários (sobretudo Banco do Estado de São Paulo e Caixa Econômica Estadual) costumam aceitar como garantia o contrato firmado entre o assentado e a CESP. Mas há redução da importância solicitada.

Fazia parte do projeto da CESP a criação de associações de assentados, que ao fim de, no máximo cinco anos, se constituíssem numa cooperativa, que cuidaria dos negócios de venda da produção e compra de sementes, adubos e herbicidas. A cooperativa distribuiria aos cooperados, a preço de custo, alimentos, roupas de trabalho e produtos de limpeza.

Passados os cinco anos, por culpa da própria CESP, dos órgãos do Estado, quando não incentivaram reuniões e debates, e dos próprios usuários, que tão logo assumiram seus módulos, desmobilizaram-se, a cooperativa ainda é uma perspectiva. Conforme previsto, a CESP, distancia-se cada vez mais do assentamento da gleba XV de Novembro, entregando sua coordenação à Secretaria da Agricultura.

Segundo informações do coordenador da gleba, em 1989, existiam 29 tratores com arado e grades, cerca de 450 arados com animais e em torno de 500 semeadeiras manuais.

Ainda, os dados de 1989 informaram, que os principais produtos cultivados foram o algodão (1.186 ha) e a mamona (441 ha). Segem-se o milho, café amoreira (sericicultura), mandioca, feijão e arroz. O café é a única cultura permanente na gleba. Existem 95.00 pés, em início de produção. A partir de 1987, vem sendo incentivada a sericicultura em alguns lotes. Em 1989, a produção foi de 9,8 toneladas de casulos.

A produção de leite do setor de pecuária, alcança a média de 20 mil litros mensais, que são vendidos aos laticínios da cidade de Teodoro Sampaio. A quantidade de bovinos ultrapassa as 400 cabeças. De um modo geral, os usuários destes lotes maiores também plantam produtos de subsistência e cana forrageira. Alguns reservam de 6 a 10 ha para o plantio de algodão. Tanto nos lotes agrícolas como nos de pecuária, criam-se galinhas e suínos para autoconsumo.

A maioria das casas dos assentados é construída com tábuas de madeira de lei, em geral peroba, e não são pintadas. Estão cobertas com telhas de argila ou de cimento amianto, possuindo número de cômodos variável. Os casebres dos recém chegados são também, em madeira, às vezes natural, e mal rejuntadas. Não possuem jardins com flores ou canteiros de verduras. Podem estar cobertas por capim (sapé) ou simplesmente por uma lona plástica. Possuem um ou dois cômodos onde se acomoda toda a família. As melhores casas são de alvernaria, cobertas com telhas e possuem além da cozinha e da sala, mais três ou quatro

quartos. É o caso de apenas 4% dos assentados. O piso é cimentado. Somente neste último caso a latrina fica dentro da casa. Nos anteriores fica sempre no quintal. É o caso a latrina fica dentro da casa. Nos anteriores fica sempre no quintal. Porém 11% das casas não a possuem dentro ou fora da residência. Em nenhum caso, o assentado contou com auxílio de qualquer entidade para fazer sua casa. Os levantamentos realizados informaram que apenas 5% das casas possuem um só cômodo; 43% de 2 a 3 cômodos; 41% de 4 a 5 cômodos e 11% mais de 5 cômodos. Verificou-se também que, em 61% das casas, o piso é de chão batido.

A Colônia de Pedrinhas

A título de rápida comparação forneceremos a seguir algumas informações sobre outro assentamento rural, situado a uma distância de cerca de 150 km do Pontal do Paranapanema, no município de Cruzália, aqui mesmo no Estado de São Paulo.

Em acordo realizado em 1949 entre os governos do Brasil e da Itália, foi constituída a Cia. Brasileira de Colonização e Imigração Italiana (CBCII), como o objetivo de incentivar e montar em território brasileiro algumas colônias com famílias italianas, procedentes das regiões devastadas pela II Guerra Mundial. Seu capital inicial fora de \$ 300 milhões de cruzeiros, formados graças à liberação de bens confiscados de várias centenas de famílias italianas, localizadas em áreas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em decorrência da situação de guerra entre os dois países.

A CBII escolheu uma área de 3.500 ha, com predominância de latossolo roxo e misturado, de excepcional qualidade, para ali localizar a colônia, com 176 famílias. Reservou-se 77 ha, onde foi instalada a vila de Pedrinhas, que serviria de centro de serviços da comunidade. Cada família recebeu um lote de 19 a 23 ha, que seria pago, a longo prazo, com as produções comerciais. Em fins de 1952, aporta a Pedrinhas a primeira leva de 28 famílias italianas. Ao chegar ao seu lote a família encontrava uma casa, construída em alvenaria, com sala, cozinha, três ou quatro quartos e banheiro com chuveiro. (*) Em 1953, foi criado pelo Estado o Grupo escolar de Pedrinhas e, em 1955, é instalada a cooperativa agrícola.

A partir de 1970, os lavradores abandonaram a cotonicultura, passando apenas para a cultura do trigo e da soja. O crescimento da colônia acentuou-se. Atualmente, com cerca de 800 sócios, a maioria dos quais já nascida no Brasil, a cooperativa funciona não só como centro abastecedor de alimentos e objetos de uso pessoal, mas também vende sementes, máquinas e utensílios agrícolas.

(*) Acompanhava estas famílias o jovem padre italiano Ernesto Montagner. Segundo o sacerdote, estes primeiros tempos foram difíceis, pois 70% da área estava coberta por florestas. Algumas famílias desistiram. Antes de construir sua igreja, Padre Ernesto fez o salão parroquial que era o centro de reuniões. Em uma parte criou o Jardim da Infância para os filhos dos lavradores. Monsenhor Ernesto está hoje ainda forte e com 78 anos de idade.

Possui três silos graneleiros, três grandes armazéns (um em Pedrinhas e outros em cidades próximas), e um laboratório de análise de solos. Além de outros benefícios, 50% do tratamento médico dos cooperados é pago pela cooperativa.

Os atuais colonos são todos proprietários de seus sítios e muitos deles adquiriram mais terras, em outros municípios. Para não alongar muito, a vila de Pedrinhas possui também curso colegial (preparatório para Universidades) e sedia a “Mozer Aviação Agrícola Ltda.”, a mais jovem empresa da vila, voltada a serviços de pulverização de lavouras de soja e trigo. A colônia ainda é responsável por 70% de arrecadação do município de Cruzália. As famílias possuem televisão e grande parte também vídeo cassete. As técnicas usadas na triticultura tornaram a produtividade ligeiramente superior a do Estado de São Paulo.

As diferenças entre um assentamento e outro, sobretudo no que se refere às condições oferecidas para as famílias, são flagrantes. Acredito que, tendo em vista a idade de instalação de Pedrinhas e da Gleba XV de Novembro (38 anos e 5 anos respectivamente) não há como compará-las. Pode-se afirmar contudo, que a luta, o esforço, a persistência, a teimosia do assentado da Gleba XV terão que ser muitos maiores, considerando os insuficientes benefícios que lhes foram garantidos. Não fosse somente as deficiências apontadas, os assentamentos do Pontal têm outro inimigo: o conservadorismo radical representado pela tão pertinaz e ao mesmo tempo medíocre e antipatriótica oposição à reforma agrária. São os fazendeiros desapropriados, os sindicatos patronais rurais, a União Democrática Ruralista (UDR) que infiltram-se nos palácios governamentais, até nas dioceses, afastando os mais ativos coordenadores das glebas, que entendem dos problemas dos lavradores, e viram muitos deles passarem dias comendo apenas mandioca cozida, juntamente com mulher e filhos. Até os sacerdotes mais progressistas são transferidos para outras áreas por prestarem assistência aos assentados e por promoverem reuniões e discussões visando resolver suas mais graves necessidades.

Sua influência atinge os próprios órgãos Estaduais. Assim, em pouco mais de cinco anos, a Secretaria de Assuntos Fundiários, transformou-se em Instituto de Assuntos Fundiários, para Coordenação de Assuntos Fundiários e daí para simples Departamento de Assuntos Fundiários, da Secretaria da Agricultura. Um órgão sem nenhuma autonomia administrativa e financeira e que coordena os atuais assentamentos.

Na verdade, como se vê, falta vontade e decisão política para proteger e melhorar os assentamentos agrários do Pontal do Paranapanema.

BIBLIOGRAFIA

BONILHA, J.F.M. Organização Social e Educação Escolarizada numa comunidade de imigrantes italianos. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1970.

DEGANUTTI, R. Evolução da Colônia de Pedrinhas após 1975. Monografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente, 1988.

LEITE, J.F. A Ocupação do Pontal do Paranapanema. Tese de Livre-docência, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente, 1983.

LEITE, J.F., LIBÓRIO, M.G.C. & SILVEIRA, F.R. Conflitos de Terra e Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema. II Encuentro de Geógrafos de América Latina, Montevideo, 1989.

SALGADO, F.C.F. As Colônias Bastos e Pedrinhas. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1971.

VEIGA, J.E. A Reforma que virou suco. Editora Vozes, São Paulo, 1990.

A maioria das informações aqui apontadas foram colhidas nos assentamentos por alunos desta Faculdade, entre os quais destaco os bolsistas: Carlos Alberto Ferreira, Denise Aparecida Mancel, Helena Sabina Vasiulis, Fátima Aparecida Dias Gomes, Jane Lúcia Rodrigues, José Antonio Moreno Lopes, José Gilberto de Souza, Lucimar de Araujo, Márcia Yukari Mizusaki, Milton Saito e Silvana Braghin Mascoloti.